



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS
 Praça João Mendes s/nº, Sala 1805, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 2171-6505, São Paulo-SP - E-mail: sp1falencias@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

CERTIDÃO DE OBJETO E PÉ

Silvia Pereira de Souza, Chefe de Seção Judiciário do Cartório da 1ª Vara de Falências e Recuperações Ju do Foro Central Cível, na forma da lei,

CERTIFICA que, pesquisando em Cartório, a seu cargo, verificou constar:

PROCESSO DIGITAL Nº: 1132347-05.2022.8.26.0100 - **CLASSE** - **ASSUNTO:**
Recuperação Judicial - Liminar

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 29/11/2022 **VALOR DA CAUSA:** R\$ 41.940.362,04

REQUERENTE(S):

BS TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA., CNPJ 03655231000121, Avenida Paulista, 2202, 12º Andar, Conjunto 121, Cerqueira Cesar, CEP 01310-932, São Paulo - SP

REQUERIDO(S):

Qualificação Completa da Parte Passiva Seleccionada << Informação indisponível >>

SITUAÇÃO PROCESSUAL:

Outras Decisões - 01/12/2022 17:00:08 - Vistos. O processo de recuperação judicial é dotado de muitas obrigações e custos para que o empresário possa demonstrar aos seus credores ser possuidor de viabilidade econômica para continuar operando no mercado. Precisar arcar com editais, remuneração do administrador judicial, custos para realização de AGC, contratação e, muitas vezes, de equipe de assessoria econômica e financeira para a construção do plano. Ao requerer o parcelamento das custas, a autora evidencia sua inaptidão econômica para sobreviver ao procedimento, de modo a se inferir pela alta probabilidade de ajuizamento da lide de maneira temerária, porque ela não conseguirá cumprir com suas obrigações e ônus voltados a discussão de possível recuperação da atividade. Nesses casos, a prática tem demonstrado improvável sucesso da recuperação judicial e que a melhor medida seria a via da autofalência, para liquidação da atividade já sem perspectivas de recuperação e o alcance do direito ao recomeço pela reabilitação falimentar. No mais, observo que a autora é representada por advogado particular e, somado a isso, temos que os valores envolvidos em litígio possuem expressão considerável. Logo, perfeitamente possível presumir que a requerente possua condição econômico-financeira necessária ao custeio de eventuais despesas processuais. Cito o seguinte julgado do TJSP: RECUPERAÇÃO JUDICIAL. Pleito de diferimento do recolhimento das custas processuais. Empresa requerente alega que se encontra em recuperação judicial e por isso não pode arcar com as custas processuais. Hipótese não abarcada pelo art. 5º da Lei n.º 11.108/2003. Pedido de assistência judiciária gratuita. Ausência de pleito em Primeiro Grau de Jurisdição. Impossibilidade de concessão nesta sede, pena de supressão de instância. Hipossuficiência que, ademais, não foi comprovada. Se não possui a autora numerário para o recolhimento das custas processuais, razoável questionar sua viabilidade econômica e o sucesso da recuperação judicial. Agravo desprovido. 2013361-31.2015.8.26.0000 (Relator(a): Francisco Loureiro; Comarca: São Paulo; Órgão julgador: 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial; Data do julgamento: 11/03/2015; Data de registro: 14/03/2015). Além disso, na própria inicial da cautelar e, agora, na


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Sala 1805, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11)

2171-6505, São Paulo-SP - E-mail: sp1falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

respectiva emenda, concretizando o pedido de RJ em si (fls. 346/384) a autora admite faturamento anual superior ao passivo acumulado (ativo de R\$ 54.675.810,00 contra passivo de R\$ 41.940.362,04), bem como projeção de sólido lucro líquido para o exercício seguinte (R\$ 806.985.234,28 - oitocentos e seis milhões, novecentos e oitenta e cinco mil, duzentos e trinta e quatro reais e vinte e oito centavos). Diante do exposto, indefiro o diferimento ao recolhimento das custas processuais e concedo à recuperanda o prazo de 15 dias para providências. Intime-se.

Outras Decisões - 02/12/2022 13:56:05 - Vistos. 1. Conforme dispõe o art. 51 da Lei nº 11.101/05, a petição inicial do pedido de recuperação judicial deve ser instruída com demonstrações contábeis do balanço patrimonial, de demonstração de resultados acumulados e desde o último exercício social, bem como de relatório gerencial de fluxo de caixa e de sua projeção. Exige-se, ainda, um relatório completo da situação da empresa do ponto de vista econômico e comercial. Tais documentos são essenciais para que o juízo tenha condições iniciais de conhecer as reais condições da empresa devedora, especialmente no que concerne à sua viabilidade financeira, econômica e comercial. Isso porque, o objetivo da lei é garantir a continuidade da atividade empresarial em razão dos benefícios sociais dela decorrentes, como geração e circulação de riquezas, recolhimento de tributos e, principalmente, geração de empregos e rendas. O simples deferimento do processamento da recuperação judicial, por si só, gera como consequência automática, a suspensão de todas as ações ou execuções contra o devedor pelo prazo de 180 dias (stay period), dentre outras consequências legais importantes expostas no art. 52 da LRF. Diante da relevância da decisão de deferimento do processamento da recuperação judicial, o legislador a condicionou à exatidão dos documentos referidos no art. 51 da LRF. Busca a legislação de regência evitar, portanto, o deferimento do processamento de empresa inviáveis, inexistentes, desativadas ou que não reúnam condições de alcançar os benefícios sociais almejados pela lei. Entretanto, a análise ainda que preliminar da referida documentação pressupõe conhecimento técnico, a fim de que se possa saber o real significado dos dados informados pela devedora, bem como a correspondência de tais dados com a realidade dos fatos. É necessária, ainda, a constatação da situação da empresa in loco, de modo a se saber suas reais condições de funcionamento. Tudo isso é fundamental para que o instrumento legal da recuperação da empresa seja utilizado de maneira correta, cumprindo sua função social, sem a imposição desarrazoada de ônus e prejuízos à comunidade de credores. Conforme ideia mundialmente aceita, um sistema rígido de controle de recuperação de empresas e direitos dos credores é elemento fundamental para o bom funcionamento da economia e para a redução dos riscos e dos custos da instabilidade financeira no mercado. Ademais, tal interpretação atende aos fins econômicos, sociais e jurídicos do instituto da recuperação judicial. A experiência tem demonstrado que o inadvertido deferimento do processamento da recuperação judicial, apenas com base na análise formal dos documentos apresentados pela devedora, tem servido como instrumento de agravamento da situação dos credores, sem qualquer benefício para a atividade empresarial diante da impossibilidade real de atingimento dos fins sociais esperados pela lei. Não se busca, evidentemente, uma análise exauriente e aprofundada da empresa, mas tão somente uma verificação sumária da correspondência mínima existente entre os dados apresentados pela devedora e a sua realidade fática. Deferido o processamento, caberá aos credores decidir sobre a conveniência do plano de recuperação a ser apresentado pela devedora. Nesse primeiro momento, repita-se, busca-se apenas e tão somente conferir a regularidade material da documentação apresentada pela devedora. Não dispondo a Vara de equipe técnica multidisciplinar para análise da adequação da documentação juntada pela empresa devedora, se faz necessária a nomeação de perito para realização de avaliação prévia e urgente, a fim de fornecer elementos suficientes para que o juízo decida sobre o deferimento do processamento do pedido, com todas as importantes consequências decorrentes de tal decisão. Ademais, a possibilidade de constatação prévia agora tem previsão expressa no art. 51-A da LFRJ, a permitir, neste caso, sua realização de lege lata.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Sala 1805, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11)

2171-6505, São Paulo-SP - E-mail: sp1falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Diante do exposto, antes de decidir sobre o deferimento do processamento do pedido de recuperação judicial, determino a realização de constatação da real situação de funcionamento da empresa, bem como de perícia prévia sobre a documentação apresentada pela requerente, de modo a se constatar sua correspondência com os seus livros fiscais e comerciais. Nomeio para realização desse trabalho técnico preliminar a GATEKEEPER CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA., CNPJ 36.162.777/0001-08, representada por Rodrigo Cahu Beltrão, OAB/SP 357.559. Av. São Gabriel, 477, conj. 42, Itaim Bibi, CEP 0435-001, São Paulo/SP, e-mail: contato@gatekeeperaj.com.br. O laudo de constatação e de perícia preliminar deverá ser apresentado em juízo no prazo máximo de 5 dias. Intime-se o perito, com urgência. 2) Nesses termos, consigno que decisão acerca da tutela requerida concedendo, ou não, o stay period virá após referida perícia, quando presentes nos autos elementos mínimos de cognição para tanto, ante o perigo de irreversibilidade dos efeitos de eventual deferimento (art. 300, §3º do CPC); 3) No mesmo prazo (5 dias), deverá a requerente emende a petição inicial, apresentando a minuta do edital a que se refere o art. 52, §1º, incisos I, II e III da Lei 11.101/05, contendo a relação de credores junto de síntese do pedido, inclusive em meio eletrônico, sendo que o teor da decisão que defere o processamento será inserido, posteriormente, pela serventia, sendo que deverá, ainda, a requerente fazer constar na minuta o valor de seu passivo fiscal; 4) Esclareço, ainda, que o presente pedido não gera qualquer efeito, senão depois de deferido seu processamento. Intime-se.

Outras Decisões - 15/12/2022 17:27:35 - Vistos. BS TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.655.231/0001-21, com sede na Avenida Paulista, 2202, 12º andar, conjunto 121, Cerqueira Cesar, São Paulo SP, CEP 01.310-932, requereu a recuperação judicial em 29/11/2022. Os documentos juntados aos autos, em especial o laudo de constatação prévia (fls.1357/1394), comprovam que a requerente preenche os requisitos legais para requerimento da recuperação judicial, conforme art. 48 da Lei nº 11.101/05. A petição inicial, com as ressalvas apontadas na perícia apresentada, foi adequadamente instruída, nos termos exigidos pelo art. 51 da Lei nº 11.101/05. Em síntese, o pedido está em termos para ter o seu processamento deferido, já que presentes os requisitos legais (artigos 47, 48 e 51 da Lei 11.101/2005), verificando-se a possibilidade de superação da crise econômico-financeira das devedoras. Assim, pelo exposto, nos termos do art. 52 da Lei 11.101/2005, DEFIRO o processamento da recuperação judicial da empresa devidamente qualificada na inicial. Portanto: 1) Como administrador judicial (art. 52, I, e art. 64) nomeio GATEKEEPER CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA, CNPJ 36.162.777/0001-08, representada por Rodrigo Cahu Beltrão, OAB/SP 357.559. Av. São Gabriel, 477, conj. 42, Itaim Bibi, CEP 0435-001, São Paulo/SP, e-mail: contato@gatekeeperaj.com.br, para os fins do art. 22, I e II, que, em 48 horas, juntará nestes autos digitais o termo de compromisso devidamente subscrito, pena de substituição (arts. 33 e 34), nos termos do art. 21, parágrafo único, da Lei 11.101/05, ficando autorizada a intimação via e-mail institucional. A nomeação do perito para o exercício da administração judicial decorreu do profícuo e objetivo trabalho de constatações multidisciplinares na perícia que lhe foi determinada, a qual produziu resultado positivo para a condução do processo e para que todos os credores, efetivos titulares da deliberação da viabilidade econômica, possam obter a transparência de dados e demais informações atinentes à atividade objeto da presente recuperação judicial. Ressalvados os valiosos posicionamentos em contrário, a atuação em perícia prévia daquele que poderá ser futuramente nomeado como administrador judicial em nada macula a diligência que foi determinada e não interfere indevidamente na análise do deferimento ou não do processamento da recuperação judicial. Como bem demonstrou o caso dos autos, a diligência foi realizada de forma objetiva, esclarecendo diversos pormenores da situação econômica, financeira, contábil, administrativa e fiscal da recuperanda. Todos os dados coletados além de imprescindíveis à prolação da decisão judicial e posterior condução do feito, por trazer a


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Sala 1805, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11)

2171-6505, São Paulo-SP - E-mail: sp1falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

realidade da empresa aos autos, permitirão que os credores acompanhem o processo já cientes de sua transparência e regularidade, sobretudo quando forem, eventualmente, manifestar sua vontade em AGC, acerca da viabilidade econômica da atividade. E a objetividade empreendida pelo agora administrador judicial decorre de sua atuação ética e proficiente no mercado, como comumente experimentado nesta vara especializada por outros profissionais do ramo, o que proporciona a redução da moral hazard no ambiente do processo de recuperação judicial e, consequentemente, permite o aumento da confiança do mercado nas instituições jurídicas relacionadas à insolvência. Por todas essas razões, nomeio o administrador judicial acima mencionado. 1.1) Deve o administrador judicial informar o juízo a situação da empresa em 10 dias, para fins do art. 22, II, a (primeira parte) e c, da Lei n. 11.101/05. 1.2) Caso seja necessário a contratação de auxiliares (contador, advogados etc.) deverá apresentar o contrato, no prazo de 10 dias. 1.3) Caberá ao administrador judicial fiscalizar a regularidade do processo e o cumprimento dos prazos pela recuperanda. 1.4) No mesmo prazo assinalado no item 1.1, deverá o administrador judicial apresentar sua proposta de honorários. Sem prejuízo, fixo como honorários provisórios para início dos trabalhos a remuneração mensal de R\$ 10.000,00 mensais, os quais serão incorporados no cálculo da remuneração definitiva, em momento oportuno, adotando os critérios da complexidade do caso, a necessidade de fiscalização das atividades e do processo, bem como da capacidade de pagamento da devedora. 1.5) Quanto aos relatórios mensais, que não se confundem com o relatório determinado no item 1.1, supra, deverá o administrador judicial protocolar o primeiro relatório como incidente à recuperação judicial, evitando sua juntada nos autos principais, sendo que os relatórios mensais subsequentes deverão ser, sempre, direcionados ao incidente já instaurado. 2) Nos termos do art. 52, II, da Lei 11.101/2005, determino a dispensa da apresentação de certidões negativas para que os devedores exerçam suas atividades, exceto para contratação com o Poder Público ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, no caso, a devedora, observando-se o art. 69 da LRF, ou seja, que o nome empresarial seja seguido da expressão em Recuperação Judicial. 2.1) Em relação às Juntas Comerciais da(s) respectiva(s) sede(s) da(s) recuperanda(s), deverá(ão) ela(s) providenciar a competente comunicação ao(s) aludido(s) órgão(s), na qual conste, além da alteração do nome com a expressão em Recuperação Judicial, a data do deferimento do processamento e os dados do administrador judicial nomeado, comprovando, nos autos, o encaminhamento da comunicação no prazo de 15 dias. 3) Determino, nos termos do art. 52, III, da Lei 11.101/2005, a suspensão de todas as ações ou execuções contra os devedores, na forma do art. 6º da LRF, devendo permanecer os respectivos autos no juízo onde se processam, ressalvadas as ações previstas nos §§ 1º, 2º e 7º do art. 6º dessa Lei e as relativas a créditos excetuados na forma dos §§ 3º e 4º do art. 49 dessa mesma Lei, providenciando a devedora as comunicações competentes (art. 52, § 3º). Ao ser deferido o processamento da recuperação judicial, a lei 11.101/2005 determina imposição de sujeição erga omnes de adimplemento dos créditos a ela sujeitos nos termos da recuperação judicial e estabelece a jurisdição em âmbito nacional do Juízo do principal estabelecimento da devedora, nos termos do art. 3º da Lei 11.101/2005. A ressalva acerca da continuidade da tramitação das ações elencadas pela lei, entretanto, não autoriza a prática de atos de excussão de bens da recuperanda sem o crivo deste Juízo sobre a apreciação da questão atinente à essencialidade de bem eventualmente objeto de litígio entre a recuperanda e seu credor. Explico. De acordo com a jurisprudência do Colendo STJ, a competência para declaração da essencialidade de bem da recuperanda, seja de sua esfera patrimonial, seja de bens de propriedade alheia mas insertos na cadeia de produção da atividade, é do Juízo no qual se processa a recuperação judicial. A título elucidativo, cito os seguintes julgados: (AgRg no CC 143.802/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/04/2016, DJe 19/04/2016); (AgRg no RCD no CC 134.655/AL, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/10/2015, DJe 03/11/2015); (REsp 1298670/MS, Rel. Ministro LUIS


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Sala 1805, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11)

2171-6505, São Paulo-SP - E-mail: sp1falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 21/05/2015, DJe 26/06/2015) Todavia, mesmo com a determinação do stay period e a jurisprudência consolidada do STJ sobre a competência do Juízo da recuperação judicial para deliberar sobre a essencialidade dos bens de propriedade ou posse da recuperanda, a realidade tem demonstrado a existência de diversos atos de constrição patrimonial contra a devedora emanados de Juízos diversos, por provocação de credores sujeitos ou não à recuperação judicial, sem qualquer discussão sobre a essencialidade dos bens objeto de persecução. Essa situação, além de ocasionar um imenso número de conflitos de competência desnecessários diante do entendimento já consolidado do STJ, compromete o fluxo de caixa e as atividades operacionais da atividade em recuperação, em razão da paralisia que se impõe sobre o bem no caso concreto, impedindo sua utilização justamente no momento de maior necessidade da recuperanda, além de tumultuar o ambiente de negociação buscado pela Lei 11.101/2005, que se faz presente durante o processamento da recuperação judicial. No caso dos créditos sujeitos à recuperação judicial é mais evidente a ilegalidade da conduta do credor que busca a excussão de bens fora dos autos recuperacionais, justamente por buscar burlar a sujeição do seu crédito conforme determinação do art. 49 da Lei 11.101/2005, ao tentar o adimplemento em desacordo com determinação legal a ser realizado por juízo manifestamente incompetente. Logo, inexistente substrato jurídico para que o credor com crédito sujeito à recuperação judicial provoque juízo incompetente com vistas à obtenção de provimento jurisdicional satisfativo, uma vez que seu crédito deve ser adimplido nos termos do plano de recuperação judicial aprovado em AGC ou em autos falimentares acaso haja convolação da recuperação judicial em falência. Já para o caso dos credores não sujeitos à recuperação judicial, prevê a parte final do parágrafo 3º do art. 49 da Lei 11.101/2005 a impossibilidade de retirada de bens de capital e essenciais à atividade em processo de soerguimento que estejam em poder da recuperanda durante o stay period. Como mencionado anteriormente, o STJ já consolidou o entendimento de competência absoluta do juízo da recuperação judicial para deliberar sobre o caráter de essencial do bem que esteja sendo fruído pela empresa em recuperação judicial. Além de absoluta, tal competência se estende para todo o âmbito nacional, segundo a previsão do art. 3º da Lei 11.101/2005. Assim, deve o credor não sujeito à recuperação judicial agir com boa-fé objetiva nas relações de ordem privada, consistente na verificação de eticidade da parte através de suas condutas, já presente em nosso ordenamento desde o advento da Constituição Federal de 1988 e mais especificada com o Código Civil de 2002, ganhando reforço para sua incidência no âmbito do processo civil, diante de sua previsão expressa no art. 5º ao lado da obrigação de cooperação processual pelas partes, elencada no art. 6º, todos do CPC. Ora, sendo evidente a competência absoluta do juízo recuperacional para deliberar sobre o caráter de essencialidade do bem objeto de disputa, não pode o credor não sujeito buscar a retirada do bem em juízo diverso sem a discussão sobre tal ponto, ocasionando severos prejuízos ao processo de soerguimento pela retirada de bem imprescindível à continuidade da atividade. Certamente que o credor não sujeito poderá ajuizar demandas ou formular requerimentos de penhoras para evitar prescrição ou garantir eventual direito de preferência, respectivamente. Mas provocar a efetiva retirada do bem por ato de juízo diverso da recuperação judicial sem que se saiba ser ele essencial ou não à atividade é medida vedada por violar a competência absoluta reconhecida pelo STJ. Em qualquer caso, com as devidas vênias, é de se reconhecer inexistir direito de ação ou petição a ser manejado em juízo incompetente, mormente para a preservação da segurança jurídica advinda do respeito ao posicionamento amplo do STJ sobre a competência do Juízo da recuperação judicial para deliberar sobre a essencialidade de bens da recuperanda, independentemente da qualidade dos credores. De toda forma, sempre será requisito para reconhecimento de ato ilícito do credor, sujeito ou não sujeito, a prévia ciência da existência da recuperação judicial, além do dolo em buscar a retirada do bem, aferível pelo comportamento do credor em juízo diverso do da recuperação judicial, mesmo já sabendo da sua existência. O pior cenário é permitir que os credores, sujeitos ou não à recuperação judicial,


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Sala 1805, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11)

2171-6505, São Paulo-SP - E-mail: sp1falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

cientes da existência do processo, ainda assim busquem constranger o patrimônio da recuperanda, sem a prévia discussão de essencialidade já reconhecida como necessária pelo STJ, de modo a assoberbar ainda mais o Poder Judiciário com a proliferação inútil de processo, além de colocar em risco a atividade que busca soerguimento. 4) Determino, nos termos do art. 52, IV, da Lei 11.101/2005, à devedora a apresentação de contas demonstrativas mensais enquanto perdurar a recuperação judicial, sob pena de destituição de seus administradores, sendo que o primeiro demonstrativo mensal deverá ser protocolado como incidente à recuperação judicial, ao passo que não deverão ser juntados nos autos principais, sendo que os demonstrativos mensais subsequentes deverão ser, sempre, direcionados ao incidente já instaurado. 5) Deverá a recuperanda providenciar a expedição de comunicação, por carta, às Fazendas Públicas Federal e de todos os Estados e Municípios em que a devedora tiver estabelecimentos e filiais (LRF, art. 52, V), na qual deverá constar o conteúdo desta decisão ou cópia desta, providenciando, outrossim, o seu encaminhamento. 6) O prazo para habilitações ou divergências aos créditos relacionados (pela devedora) é de 15 (quinze) dias a contar da publicação do respectivo edital (LRF, art. 7º, § 1º). Considerando que a recuperanda apresentou minuta da relação de credores elencada na inicial, nos moldes do artigo 41 da Lei n. 11.101/05 deverá a minuta da relação de credores ser entregue, no formato word, para a serventia complementar a referida minuta com os termos desta decisão, bem com intimar a recuperanda, por telefone ou e-mail institucional, certificando-se nos autos, para que proceda ao recolhimento do valor das despesas de publicação do edital no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Justiça de São Paulo, de acordo com o número de caracteres, no prazo de 24 horas, sob pena de revogação. Dessa maneira, expeça-se o edital a que se refere o art. 52, § 1º, da Lei 11.101/2005, onde, para conhecimento de todos os interessados, deverá constar, também, o passivo fiscal, com advertência dos prazos dos arts. 7º, § 1º e 55 da LREF. Deverá(ão) também a(s) recuperanda(s) providenciar a publicação do edital em jornal de grande circulação no prazo de 05 dias. 7) Eventuais habilitações ou divergências quanto aos créditos relacionados pela devedora (art. 7º, § 1º), que são dirigidas ao administrador judicial, deverão ser digitalizadas e encaminhadas diretamente ao administrador judicial, SOMENTE através do e-mail a ser informado no edital a ser publicado, conforme item 6, supra. Observo, neste tópico, em especial quanto aos créditos trabalhistas, que para eventual divergência ou habilitação é necessário que exista sentença trabalhista líquida e exigível (com trânsito em julgado), competindo ao MM. Juiz do Trabalho eventual fixação do valor a ser reservado. 7.1) Deverá o administrador judicial, quando da apresentação da relação prevista no art. 7º, § 2º, da Lei 11.101/2005, também providenciar à serventia judicial, minuta do respectivo edital, em mídia e em formato de texto, para sua regular publicação na Imprensa Oficial. Segundo observações constantes no item 8 desta decisão, o administrador judicial deverá apurar lista individualizada de credores de cada uma das sociedades componentes do grupo em recuperação judicial, tendo em vista o litisconsórcio ativo presente nesta demanda. 8) O plano de recuperação judicial deve ser apresentado no prazo de 60 dias, na forma do art. 53, sob pena de convalidação da recuperação judicial em falência. Com a apresentação do plano, expeça-se o edital contendo o aviso do art. 53, parágrafo único, da Lei n. 11.101/05, com prazo de 30 dias para as objeções, devendo a recuperanda providenciar, no ato da apresentação do plano, a minuta do edital, inclusive em meio eletrônico, bem como o recolhimento das custas para publicação. 9) Caso ainda não tenha sido publicada a lista de credores pelo administrador judicial, a legitimidade para apresentar tal objeção será daqueles que já constam do edital das devedoras e que tenham postulado a habilitação de crédito. 10) Publicada a relação de credores apresentada pelo administrador judicial (art. 7º, § 2º), devidamente individualizada para cada uma das sociedades litisconsortes, eventuais impugnações (art. 8º) e/ou habilitações retardatárias deverão ser interpostas pelo peticionamento eletrônico inicial, por dependência ao processo principal, nos termos do Comunicado n.º 219/2018, e não deverão ser juntados nos autos principais (art. 8º, parágrafo único). Observo, neste tópico, que: (i) serão


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Sala 1805, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11)

2171-6505, São Paulo-SP - E-mail: sp1falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

consideradas habilitações retardatárias aquelas que deixaram de observar o prazo legal previsto no art. 7º, § 1º, da Lei n. 11.101/05, as quais serão recebidas como impugnação e processadas na forma dos arts. 13 a 15 (da LRF), e estarão sujeitas ao recolhimento de custas, nos termos do art. 10, caput e § 5º, da Lei 11.101/05 e da Lei Estadual n. 15.760/15, que alterou o disposto no § 8º do art. 4º da Lei da Estadual n. 11.608/03; (ii) as impugnações que não observarem o prazo previsto no artigo 8º da Lei n. 11.101/05 também estarão sujeitas ao recolhimento de custas; e, (iii) caso as impugnações sejam apresentadas pela própria recuperanda deverão ser recolhidas as taxas para intimação postal do impugnado, fazendo constar em sua peça inicial o endereço completo do impugnado (logradouro, número (inclusive nº bloco e do apartamento, se houver), bairro, CEP, cidade e estado), além do recolhimento das custas, caso não observado o prazo previsto no artigo 8º da Lei n. 11.101/05. 11) Fica(m) advertida(s) a(s) recuperanda(s) que o descumprimento dos seus ônus processuais poderá ensejar a convalidação desta recuperação judicial em falência (art. 73, Lei 11.101/2005 c.c. o arts. 5º e 6º do CPC). 12) Fica advertido o administrador judicial que o descumprimento dos seus ônus processuais e determinações judiciais poderão acarretar, conforme o caso, sua substituição ou destituição, sem prejuízo de procedimento administrativo voltado ao seu descadastramento perante o Tribunal de Justiça de São Paulo. 13) Em relação à forma de contagem dos prazos, informo que será observado o teor da decisão proferida recentemente (abril/2018) pelo STJ no REsp 1.699.528, segundo o qual todos os prazos estabelecidos pela Lei nº. 11.101/05 devem ser contados em dias corridos, não se aplicando ao microsistema da insolvência empresarial as disposições relativas a esse tema no Código de Processo Civil de 2015. Nesse sentido, todos prazos da Lei 11.101/2005, salvo os recursais, por se tratar de microsistema próprio e da legislação de insolvência possuir natureza bifronte, serão contados em dias corridos, assim como os prazos de apresentação do plano e de proteção do stay period. 14) Intimem-se, inclusive o Ministério Público.

Outras Decisões - 06/02/2023 15:50:41 - Vistos. Fls. 1597, 1944: Ciente. Fls. 1600: Ciente. Há procedimento próprio, que deve ser observado pelo interessado, para impugnação da lista e/ou habilitação administrativa do crédito. Fls. 1608, 1884, 1922: Anote-se. Fls. 1614/1624: Tendo em vista a concursabilidade dos créditos das referidas ações (fls. 1620/ 1623), acolho o pleito da Recuperanda. Dessa forma, deverão os valores ali constantes serem liberados à Recuperanda. Cópia desta decisão, acompanhada de cópia da petição às fls. 1614/1624, servirá como ofício, com ônus de protocolo à própria Recuperanda. Quanto aos valores mencionados à fl. 1623, diga o AJ. Fls. 1838: A decisão que deferiu o processamento da RJ já foi clara quanto ao requerido. Eventual insurgência em relação à postura do referido órgão deve observar o rito próprio. Fls. 1925, 1948: Não há habilitações nos autos principais. Deve a credora observar o rito próprio. Eventuais dúvidas, entrar em contato com a Administração Judicial. Fls. 1939, 1946: Ante a ausência de oposição da Recuperanda, homologo a proposta de honorários. Quanto aos demais pontos, ao AJ. Intime-se.

Outras Decisões - 11/04/2023 14:58:46 - Vistos. Fls. 2811: Ciência aos credores da apresentação do PRJ. Publique-se o necessário. Fls. 3063: Desnecessária qualquer intervenção deste Juízo para que a Recuperanda possa efetuar acordo em relação às verbas extraconcursais. Quanto ao suposto inadimplemento do DETRAN/RJ com a Recuperanda, igualmente tal fato não se encontra na alçada deste Juízo Recuperacional. Cópia desta decisão valerá como ofício para os fins de direito. Fls. 3104: 3.1) Oficiem-se aos Juízos informados às fls. 3104/3106 a fim de que efetuem os desbloqueio dos valores das Recuperandas, uma vez que se tratam de verbas concursais, cuja quitação dar-se-á de acordo com o PRJ. Cópia desta decisão, acompanhada da petição às fls. 3104/3112 servirá como ofício, com ônus de protocolo à Recuperanda. 3.2) Em relação ao pleito do banco Safra, deverá a Recuperanda comprovar quais bloqueios estão sujeitos ao concurso e/ou abrangidos pelo stay, a fim de que seja oficiado novamente o Banco. Intime-se.

Outras Decisões - 09/05/2023 14:41:43 - Vistos. Fls. 3179: Publique-se. Fls. 3181: Ao MP. Fls.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO PAULO

FORO CENTRAL CÍVEL

1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Sala 1805, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11)

2171-6505, São Paulo-SP - E-mail: sp1falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

3213: 3.1) A liberação do montante direito à Recuperanda ou seu depósito nos autos depende da origem do numerário. Sem prejuízo, certifique a Serventia o requerido pelo AJ (número de conta). 3.2) Quanto ao novo pedido de desbloqueio, manifeste-se o AJ. 3.3) A fim de apreciar o item V, bem como os demais pedidos de desbloqueio ou liberação direta à Recuperanda, deverá a autora elaborar planilha com respectivo credor e valor, a ser posteriormente conferida pelo AJ. Após, será concluso para deliberação. 3.4) O pleito de imissão na posse é estranho aos limites cognitivos da RJ, devendo ser formulado pela via própria. Ofícios: Ao AJ. Fls. 3268/3277: Reitero a decisão anterior no sentido da ausência de competência deste Juízo para deliberação sobre o tema. Em relação aos créditos concursais, no entanto, deverá a Recuperanda zelar pelo par conditio creditorum. Fls. 3278: Ciente da objeção. Convoque-se AGC. O controle de legalidade se dá a posteriori, até mesmo porque há possibilidade de negociações durante a AGC, de modo que sequer se sabe qual será o texto definitivo do ajuste coletivo. Fls. 3415: 7.1) Esclareça A Recuperanda o alegado descumprimento, já que, segundo consta à fl. 3242, o numerário estaria disponível. 7.2 Demais questões já apreciadas. Intime-se.

Outras Decisões - 14/06/2023 16:45:10 - Vistos. Fls. 6293, 6347, 6518: Ciente. Convoque-se a AGC. Fls. 6488: 2.1) De fato, o Banco Safra é mero executor das ordens de outros Juízos. Quanto ao pleito de reintegração de posse, mostra-se estranho aos limites cognitivos da lide. 2.2) Oficiem-se aos Juízos às fls. 6472/6473, cujos pedidos de desbloqueio foram apreciados, a fim de dar cumprimento à ordem. Cópia desta decisão valerá como ofício, com ônus de protocolo à Recuperanda. Em relação ao feito 0000240-98.2022.5.07.0033, determino que os valores fiquem depositados em Juízo até deliberação posterior. Cópia desta decisão valerá como ofício, com ônus de protocolo à Recuperanda. Quanto às retenções envolvendo CEF, Estado de São Paulo-COPOM, Banco do Brasil e Fiocruz, determino o depósito dos valores nos autos. 2.3) Defiro a prorrogação do stay period por 90 dias. Entendo que o prazo máximo se mostra excessivo ao caso concreto, mormente porque sequer se iniciaram os procedimentos para a realização da AGC, em descompasso com os prazos legais. Fls. 6506: Anote-se. Fls. 6510: Já deliberado. Fls. 6524: Meio inadequado para habilitações de crédito. Intime-se.

Outras Decisões - 14/07/2023 13:55:41 - Fls. 6550: As razões já foram expostas nas decisões anteriores. Rejeito os embargos. Fls. 6552: 1) Cabe à própria Recuperanda, em acordo com o AJ, a estipulação das datas e minutas do edital. 2) Quanto aos valores a serem transferidos e a suposta retenção do DETRAN/RJ, manifeste-se o AJ. 3) Em relação à proposta de mediação, digam os credores interessados e AJ em 5 dias.

Outras Decisões - 26/08/2023 16:20:21 - Vistos. Fls. 6642: Ciente. Fls. 6674, 6800: 1) Anote-se o novo procurador. 2) Intime-se o Estado de São Paulo, via portal, para cumprimento da ordem à fl. 6536, em relação ao COPOM, sob pena de multa diária. 3) Quanto ao pleito de levantamento dos valores, manifeste-se o AJ, m 3 dias. 4) Manifeste-se o AJ, no mesmo prazo, a respeito das retenções narradas. Fls. 6798, Fls. 6828: Ciente. Fls. 6846, 6915, 6974: Ciente. Fls. 6853: 1) Anote-se o recolhimento das custas para edital. 2) Considerando a proposta mediação da própria devedora, bem como a manifestação favorável das credoras e do AJ, inclusive em relação ao nome da câmara de mediação, nomeio, em deferência ao acordo entre as partes, a MED ARB RB. Cópia desta decisão servirá como ofício, com ônus de protocolo à Recuperanda. 2) Quanto aos demais pontos, aguarde-se manifestação do AJ. Fls. 6931: Ao AJ. Ofícios: Ao AJ. Intime-se.

Outras Decisões - 01/09/2023 17:52:45 - Vistos. Fls. 6995: Último pronunciamento judicial. 1- Fls. 6998/7000: Ao AJ. 2- Fls. 7009: À z. Serventia, para as anotações necessárias. Caso não haja decisão proferida em incidente de habilitação de crédito determinando a inclusão do crédito no QGC, deverá a credora instaurar o respectivo incidente, nos termos do Comunicado CG 219/2018. 3- Fls. 7011/7018: Manifestação da Administradora Judicial. 3.1: Conforme aduzido pelo AJ, ante a concursalidade dos créditos que motivaram a retenção dos valores pelo Banco do Brasil, não há razão para manutenção da retenção. A não intimação da instituição financeira resta


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Sala 1805, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11)

2171-6505, São Paulo-SP - E-mail: sp1falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

superado pela sua manifestação de fls. 6800/6803, sendo que as suas alegações não são suficientes para alterar o entendimento exposto na determinação de fls. 6536. Ademais, conforme esclarecido pelo próprio AJ, o entendimento do Banco do Brasil já foi devidamente exposto às fls. 6800/6803. Deverá, portanto, o Banco do Brasil S/A cumprir a determinação de fl. 6536, sob pena de aplicação de multa diária. 3.2: Servindo cópia desta decisão como ofício, com ônus de protocolo ao próprio AJ, determino que a BBTS esclareça o valor efetivamente retido e a razão da retenção, ante a previsão do art. 6º, III da Lei 11.101/05. 3.3: Quanto ao pedido da Recuperanda referente ao levantamento dos valores constritos pela CEF, Banco do Brasil, FIOCRUZ e COPOM, reporto-me ao item 4.1. 3.4: Ciência aos credores e demais interessadas das datas sugeridas de 03/10/2023 e 17/10/2023 para a realização da Assembleia Geral de Credores, respectivamente em primeira e segundas convocações. 4- Fls. 7019/7023: Manifestação da Recuperanda. 4.1: Ciência ao Administrador Judicial, ao MP e aos demais credores e interessados sobre a programação da utilização dos recursos a serem levantados pela Recuperanda. Cumprido o requerimento do AJ (fl. 7016), defiro o levantamento dos valores constritos pela CEF, Banco do Brasil, FIOCRUZ e COPOM. A Recuperanda deverá prestar as contas dos recursos utilizados diretamente ao AJ. 4.2: A Recuperanda manifesta concordância com as datas indicadas no item 3.4. Ciente. 4.3: A Recuperanda manifesta concordância com a determinação do item 3.2. 4.4: Quanto ao item 2 (fl. 7023), defiro. À z. Serventia, para cumprimento. Intime-se. Outras Decisões - 19/09/2023 14:18:59 - Vistos. Fls. 7119: Ciência à Recuperanda. Fls. 7134, 7160: Observar Comunicado CG 219/18. Fls. 7181, 7322: Publique-se, com urgência. Cabendo ao AJ providenciar o contato com a Serventia para pronta publicação. Fls. 7184: A petição é, no mínimo, contraditória. Afirma que o Estado não é parte e pede, ao mesmo tempo, para que seja oficiado órgão da própria Administração Estadual - integrante, por óbvio, do próprio Estado - e ignorando o fato que o Estado é representado em juízo pela PGE. Dou o Estado por intimado. Intime-se o Estado, via portal. À Recuperanda, em termos de prosseguimento, observando que eventual pedido de arresto deverá observar incidente próprio. Fls. 7186: 1) Indefiro. Como se pode notar do contido à fl. 7180, nota-se que a própria Recuperanda deu causa ao retardamento do feito, de modo que a parcial prorrogação do stay foi mais do que suficiente. 2) Inexiste qualquer impossibilidade de IDPJ em face de empresa RJ, até mesmo porque, caso desconsiderada a personalidade, a esfera patrimonial a ser atingida é a dos sócios e não da pessoa jurídica em recuperação. Aliás, em recente julgamento, na mesma linha aqui adotada, vide RESP 2034442/DF, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, 12/09/2023. 3) Quanto aos pedidos de levantamento pendentes, ao AJ. 4) Ciência aos interessados do aditivo ao PRJ, devendo aguardar-se a AGC para discussão e votação. Fls. 7279: Ciente. Intime-se.

NADA MAIS. O referido é verdade e dá fé. São Paulo, 07 de novembro de 2023.

"Esta certidão é fornecida de acordo com o artigo 5º, inciso XXXIV, alínea "b", da Constituição Federal. Caberá ao requerente ou destinatário da certidão a responsabilidade por eventual uso ou divulgação das informações nela contidas."

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS
Praça João Mendes s/nº, Sala 1805, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11)
2171-6505, São Paulo-SP - E-mail: sp1falencias@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Ao Estado: Isento (Provimento CSM nº 2.356/2016)